

Emancipação: Um conceito dado? Diálogos com a Educação do Campo

 Lia Machado dos Santos¹,  Luci Mary Duso Pacheco²

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rua Assis Brasil, n. 709, Bairro Itapagé. Frederico Westphalen - RS. Brasil. ² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI.

Autor para correspondência/Author for correspondence: liah.le.tras@gmail.com

RESUMO. O artigo reflete como o conceito de emancipação tem sido exposto nas pesquisas acadêmicas no Brasil e realiza um diálogo entre emancipação e Educação do Campo. Para isso, fez-se levantamento de teses e dissertações defendidas entre 2012 e 2022. Ao todo foram 33 trabalhos selecionados, em que se analisou escolhas teóricas, bem como uma análise do rigor científico a partir de Charlot (2006). O estudo revelou uma parcela de pesquisas em educação que utilizam o termo emancipação sem sua conceituação, em diálogo com a Educação do Campo percebe-se a escassez de projetos emancipatórios na disputa por políticas públicas.

Palavras-chave: emancipação, rigor científico, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16199	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Emancipation: a given concept? Dialogues with Rural Education

ABSTRACT. The article reflects how the concept of emancipation has been exposed in academic research in Brazil and carries out a dialogue between emancipation and Rural Education. For this, a survey of theses and dissertations defended between 2012 and 2022 was carried out. In all, 33 works were selected, in which theoretical choices were analyzed, as well as an analysis of scientific rigor from Charlot (2006). The study revealed a portion of studies in education that use the term emancipation without its conceptualization, in dialogue with Rural Education, the scarcity of emancipatory projects in the dispute for public policies is perceived.

Keywords: emancipation, scientific rigor, rural education.

Emancipación: ¿un concepto dado? Diálogos con la Educación Rural

RESUMEN. El artículo refleja cómo el concepto de emancipación ha sido expuesto en la investigación académica en Brasil y realiza un diálogo entre emancipación y Educación Rural. Para ello, se realizó un levantamiento de tesis y disertaciones defendidas entre 2012 y 2022. En total, se seleccionaron 33 trabajos, en los que se analizaron opciones teóricas, así como un análisis de rigor científico de Charlot (2006). El estudio reveló una serie de estudios en educación que utilizan el término emancipación sin su conceptualización.

Palabras clave: emancipación, rigor científico, educación de campo.

Introdução

A emancipação, por si só, já se constitui como um tema conhecido no campo da pesquisa em educação, em diversos projetos pedagógicos, em diferentes esferas e níveis. Sendo, portanto, a perspectiva da emancipação pela educação amplamente explorada. O mesmo não se pode dizer em relação à emancipação e à Educação do Campo. Esta ainda está a passos largos de sua real efetivação, lutando contra o fechamento de escolas e a nucleação, cujo processo já causou a redução de comunidades no campo, por meio do êxodo rural. Então, mesmo havendo conquistas legais, a sua implementação não é garantida, fazendo com que os debates sobre o currículo fiquem em segundo plano, geralmente estruturados com conteúdo próprios do desenvolvimento urbano ou com teorias pensadas para o agronegócio, sem qualquer perfil pensado para emancipação e protagonismo do aluno.

Apesar de juntos, os conceitos de emancipação e Educação do Campo não constituírem um amplo número de pesquisas acadêmicas. De forma isolada, o primeiro termo se constitui como um campo vasto de pesquisa e percepções que não necessariamente convergem para sua conceituação original. O que para nós significa uma temática emergente a ser investigada, afinal, antes do debate sobre um projeto de educação emancipatório, interessa-nos pensar o que é a emancipação.

Portanto, o objetivo desta pesquisa consiste em responder a esta questão epistemológica e realizar uma análise com profundidade sobre a produção acadêmica que investiga a emancipação pelo viés da educação e em diálogo com a Educação do Campo. Para isso, propomos a reflexão sobre como o conceito tem sido exposto nas teses e dissertações provenientes de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, disponíveis no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Percurso metodológico

O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir de coleta de dados no site da Capes, em seu catálogo de teses e dissertações entre abril e agosto de 2022. Seguindo Brandau, Monteiro e Braille (2005), para os quais a escolha correta dos descritores é decisiva para uma busca adequada da literatura, buscou-se utilizar combinações para o descritor “emancipação”, a fim de não produzir resultados muito amplos para não perder o foco, sem limitar a abrangência da busca.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16199	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

Assim, por ser um descritor amplamente explorado, optou-se por estabelecer como recorte temporal de busca o período de 2012 a 2022. Ainda, definiu-se como filtro a área de conhecimento “educação”, a fim de não coletar dados em que tais termos tenham sido empregados apenas como adereços ou fora deste campo de interesse, como foi verificado em uma primeira busca sem filtros.

A combinação partiu do descritor “emancipação” com 390 registros; "educação e emancipação" com 22 registros: e, para as combinações: "emancipação da juventude rural", "desenvolvimento da emancipação a partir da educação", "emancipação e protagonismo juvenil", "emancipação e educação do campo", “emancipação da juventude do campo” e “emancipação da juventude rural”, não foram encontrados registros na plataforma.

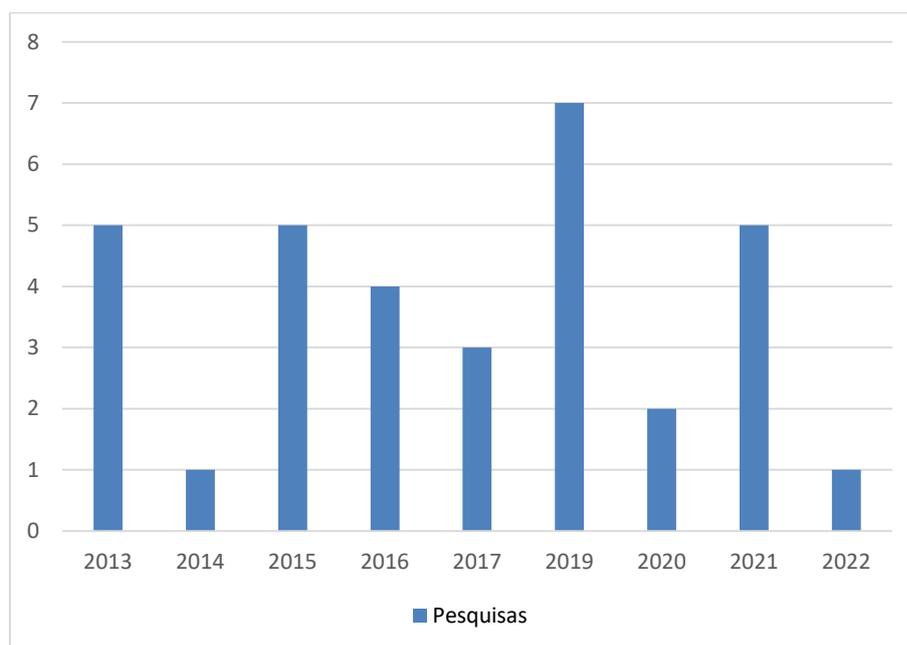
Selecionamos 33 pesquisas que continham em seus títulos, resumos e palavras-chave um dos descritores da pesquisa, a fim de constituirmos a categorias de análise Emancipação e Educação. Como nem todas as teses e dissertações estavam disponíveis na Plataforma Capes, visto que algumas foram inseridas anteriormente à Plataforma Sucupira, realizou-se a busca nos sites das bibliotecas de suas respectivas instituições de ensino, para a construção de um corpus de análise mais completo. Grande parte dessas produções apareceram no banco de dados por meio dos filtros porque continham a palavra “emancipação” nas suas respectivas linhas de pesquisas, mas não necessariamente tinham relação direta com o tema. Por esse motivo, foram descartadas da análise. Chegou-se, assim, ao seguinte quadro de teses e dissertações e sua distribuição por ano:

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas nos programas *stricto sensu*.

Programa stricto sensu	Total de trabalhos
Doutorado	6
Mestrado	27
Total:	33

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 1- Distribuição das pesquisas por ano.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se, no Gráfico 1, que grande parte das teses e dissertações voltadas ao tema aqui em análise foram defendidas em 2013, 2015 e 2021, sendo o período de mais publicações o ano de 2019. Em 2013, durante a divulgação da avaliação trienal da Capes, o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante afirmou que entre 2010 e 2012 o país aumentou significativamente o número de mestres e doutores, além de uma desconcentração dos programas de pós-graduação no país. O fato, de certa forma, justifica o número significativo de pesquisas em 2013. Houve, também, o aumento de pesquisas em diferentes regiões, sendo 21% na região Sul, 6% no Sudeste, 5% no Nordeste e 1% no Norte.

Ainda, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (Deslandes & Delgado, 2020) foi o ano em mais teses foram defendidas. Porém, no ano seguinte houve um corte de mais de 12 mil bolsas de mestrado e doutorado e um corte de 87% do orçamento do CNPq, o que ampara a baixa produção de 2020, perceptível no Gráfico 1.

Ferreira (2002) faz algumas ressalvas sobre analisar o que se tem debatido sobre um tema ou área determinada do conhecimento a partir da leitura dos resumos de um levantamento de dados. Apesar do resumo ser um gênero do discurso estruturado pelo objeto de investigação, metodologia e resultados, nem sempre esses dados são contemplados. Por essa razão, optamos por direcionar a análise não somente aos resumos, mas na leitura atenta

das introduções, resultados e capítulos temáticos que abordam a categoria Emancipação e Educação. A escolha metodológica considera que “... Entre os textos há lacunas, ambiguidades, singularidades, que são preenchidas pela leitura que o pesquisador faz deles.” (Ferreira, 2002, p. 269).

Os destaques do aporte teórico

No texto a seguir, serão expostos os referenciais teóricos que fundamentam as teses e dissertações selecionadas, seus principais autores, os conceitos utilizados e uma análise de conteúdo.

Emancipação: um conceito dado?

Para exercitar o pensamento sobre um projeto de Educação do Campo emancipatório, foi necessário, antes, compreender o que dizem as pesquisas sobre esses conceitos. Primeiramente, conhecendo a base teórica utilizada pelos pesquisadores.

Figura 1- Nuvem de palavras: os (as) autores (as)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A nuvem de palavras apresentada na Figura 1 foi elaborada no programa WordArt.com., construída a partir das referências bibliográficas encontradas no texto das teses e dissertações selecionadas a partir dos descritores “emancipação” e “educação e emancipação”. Observa-se na nuvem que quanto maior e mais perto do centro estiver o nome do autor, mais vezes ele foi citado nas pesquisas.

Portanto, é possível verificar que o autor mais citado em pesquisas com o tema emancipação e educação é Theodor Wiesengrund Adorno, seguido de Paulo Freire, Karl Marx e Telmo Adams. Com menos frequência, mas também em destaque, estão István Mészáros, Jürgen Habermas, Immanuel Kant, Jacques Rancière, Boaventura de Souza Santos e Ivo Tonet.

Na base teórica sobre o tema, encontramos também pesquisadores que escrevem em conjunto, sendo eles: Adamns, T; Streck, R. D; Moretti, C. Z. e Lopes, E. S. É uma rede ainda tímida, se comparada ao conjunto de pesquisadores que escrevem sobre a Educação do Campo, por exemplo. Vale destacar o fato de empregarmos, aqui, o termo redes como afinidades entre intelectuais que investigam o mesmo tema, ou questões parecidas. Conforme Devés-Valdés (2007), são redes formadas entre a vontade, espontaneidade e proximidade cultural.

Trata-se de uma rede de fios que, dependendo do ponto de partida, podem romper-se ou unir-se. Entretanto, mapear a notoriedade de autores e concepções mais usadas sobre emancipação não é tão importante quanto pensar o que os une ou divide. Sobretudo, é necessário analisar a falta de tais noções como se não fosse um território em disputa ou, ainda, como se fossem concepções únicas.

Autores representados na nuvem de palavras (Figura 1) com a menor fonte foram citados apenas uma vez nos trabalhos analisados. Ao apresentar a teoria dos campos, Bourdieu (2004), afirma que a especificidade de um campo científico é aquilo sobre o qual todos os concorrentes concordam na validação de uma tese. Porém, o fato de um autor ser menos citado, em comparação com outro autor central na nuvem de palavras, não significa que haja divergência ou não sobre determinado conceito.

Essas relações envolvem também as formas de capital científico, de acumulação e transmissão. Um teórico reconhecido vai além de um bom trabalho e do desejo de prestígio acadêmico, já que os campos se constituem por relações de força que “... implicam tendências

iminentes e probabilidades objetivas. Há estruturas objetivas e há lutas em torno dessas estruturas (Bourdieu, 2004, p. 27).

Outro ponto importante a ser observado é que, mesmo sendo a concepção de emancipação de Marx e Adorno a mais utilizada nesse recorte temático, não reflete diretamente na realidade de projetos pedagógicos e educacionais que almejam como resultado uma prática emancipatória, muito menos na concepção de emancipação utilizada na elaboração de políticas públicas. São relações mais complexas entre teoria e prática:

Assim, pelo fato de que sua autonomia com relação aos poderes externos jamais é total e de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. (Bourdieu, 2004, p. 41).

O que mais chamou a atenção na coleta de dados desta pesquisa foi o número de teses e dissertações que utilizaram o termo emancipação no título ou nas palavras-chave, mas não conceituaram o termo, como se ele fosse um conceito dado. A respeito disso, citamos Bernard Charlot:

Um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados. A pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber, rigoroso como o é todo saber científico. (Charlot, 2006, p. 10).

Das 33 teses e dissertações selecionadas na categoria “emancipação”, apenas 42% utilizam dois ou mais teóricos para conceituar o termo emancipação; 43% utilizam apenas um autor; e 15% têm registros da palavra, mas não a conceituam. Desses 15%, alguns pesquisadores até referenciam autores que conceituam termo, mas em nenhum momento ele é debatido ou esclarecido, cabendo ao leitor o conhecimento prévio das referências. Encontramos um caso em que o termo foi registrado 47 vezes e não foi descrito em nenhuma dessas entradas; já em outro, o conceito de emancipação foi exposto em uma nota de rodapé.

A pesquisa em educação deve ser rigorosa como qualquer outra, e não é considerada científica se não houver clareza nos conceitos trabalhados. Portanto, é preocupante que exista um montante de investigações que discutam a emancipação por meio da educação, mas que não esclareçam, antes, o que almejam. Emancipação não é um conceito dado e muito menos pode ser interpretada, livremente. Entre as teses e dissertações sobre o tema aqui analisadas, encontramos diferentes concepções que demonstram que falar em emancipação não significa

olhar para a mesma direção. O sentido dado depende da corrente teórica utilizada pelo pesquisador.

Retomando a teoria dos campos de Bordieu (2004), como já aqui explicitado, temos que é na concordância entre os concorrentes que se encontra a validação de uma tese. Nesse sentido, observa-se que ainda não há um acordo acerca das seguintes questões: o que entendemos quando falamos em emancipação pela Educação do Campo? De que forma esse termo se constitui como prática ou política pública?

Na tese de Peres (2016), é possível compreender as contradições e limites do currículo em estabelecer-se como um instrumento para a emancipação. Para isso, a autora buscou as produções teóricas de Michael W. Apple e Henry Giroux, reconhecidos no campo educacional pelo que ficou conhecido como “pedagogia crítica” e referência no campo da teoria curricular crítica. O percurso da autora foi feito na tentativa de elucidar o que entendem por emancipação e de que forma poderiam estabelecer-se como estratégia educacional para a emancipação.

Segundo Peres (2016), Apple e Giroux comungam com uma perspectiva de emancipação de base teórica-filosófica da concepção kantiana e frankfurtiana. Nesse caso, desconsideram a supressão do capital como condição para realizar a estratégia de uma educação socialista. Para eles, a emancipação está fundada nas noções de esclarecimento e conscientização. Objetivam, portanto, a emancipação nos padrões kantiano e frankfurtiano que, sem desconsiderar o método materialista-histórico e dialético e a crítica marxiana ao capital, não colocam, a nosso entender, como campo de possibilidade a perspectiva revolucionária da emancipação, mas no desenvolvimento de consciências críticas e esclarecidas da emancipação política- (Peres, 2016, p. 328).

A emancipação política, para Marx, não passa da redução do homem a membro de uma sociedade burguesa. É a perspectiva que Santos desenvolve em sua dissertação em que analisa a possibilidade de uma formação omnilateral. Para o autor, uma educação baseada em um modelo de emancipação política é limitada ao próprio modelo de sociabilidade, já que:

A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual, real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (Marx, 2010, p. 54 *apud* Santos, 2019, p. 20).

Silva (2016) fundamenta a concepção de emancipação em sua tese em Freire, para o qual não há prática educativa que escape de limites. Ao analisar os limites e possibilidades de emancipação presentes na formação inicial de professores da Educação do Campo, o autor conclui, numa perspectiva freiriana, que, para os limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos e culturais, a melhor afirmação seria:

.... não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa. Esta afirmação recusa, de um lado, o otimismo ingênuo de quem tem na educação a chave das transformações sociais, a solução para todos os problemas; de outro, o pessimismo igualmente acrítico e mecanicista de acordo com o qual a educação, enquanto superestrutura, só pode algo depois das transformações infraestruturais. (Freire, 2001, p. 47).

Ao verificar de que maneira o processo de produção e fornecimento de alimentos para o PNAE contribuem para a emancipação dos cooperativados da Coopervag de Vargem Grande (São Paulo), Carvalho (2021) compreende a concepção de emancipação social a partir de Telmo Adams. Adams (2014 *apud* Carvalho, 2021) afirma que o conceito está ligado à garantia dos direitos humanos, ao propor a transformação da realidade tanto do indivíduo como social. Refere-se a um processo integrado, do qual fazem parte grupos minoritários, questões de gênero, etnias e classes sociais. O autor defende que a classe trabalhadora ocupa o lugar de protagonista na sociedade, contrariando o poder hegemônico (Carvalho, 2021, p. 15-16).

Theodor Adorno, aporte teórico de grande parte dos pesquisadores quando o assunto é emancipação, acredita, segundo Furlan (2016), que a educação por si só não significa emancipação, mas a educação política, sim é um fator importante. “Para que a emancipação se efetive, os poucos intelectuais orgânicos interessados nisso devem despender sua energia para formular uma educação para a contestação e resistência” (Adorno, 1995, *apud* Furlan, 2016, p. 35).

A educação política de que fala Furlan (2016) seria uma alternativa para combater a condição desumana em que os segmentos menos favorecidos da sociedade se encontram. Trata-se de uma forma de oferecer instrumentos políticos e epistemológicos para a luta por melhoria e garantia de direitos (Furlan, 2016, p. 35).

Alf (2013) também fundamenta o conceito de emancipação em sua dissertação, tomando Adorno como base. Para Adorno, a emancipação só se realizará pela demolição da estrutura vigente e por uma oferta formativa em todos os níveis. O desenvolvimento da

emancipação, para Adorno, se dá em cada indivíduo, e este precisa segurá-la em um mundo que está determinado a dominá-la heteronomamente.

Como pode-se observar nos recortes das pesquisas aqui analisadas, cujas concepções de emancipação estão sustentadas por seus respectivos teóricos, emancipação não é um conceito dado, muito menos convencionalizado. Alguns conceitos dialogam, complementam-se, mas não são análogos.

Assim como outros termos dentro da pesquisa em educação e nas ciências sociais em geral, emancipação foi um termo empregado em diferentes momentos históricos e teve seu significado adequado para cada um deles. Já foi no Iluminismo um termo que se referia ao estado de liberdade atingido pela razão. Para Marx, estava vinculado a um projeto de extinção das relações de exploração e instituição da igualdade econômica. Por outro lado, foi visto por Adorno como sinônimo de conscientização; como prática da liberdade por Freire, entre outras concepções e complementos fundamentados por autores como os citados na Figura 1 deste artigo.

A ideia da emancipação por meio da educação escolar é recorrente entre pesquisadores, professores e até mesmo no senso comum. Portanto, investigações a respeito da emancipação e educação em suas diversas nuances, sem o aprofundamento necessário que tais categorias exigem, convertem-se em obstáculos ao desenvolvimento das efetivas sínteses que podem somar na luta pela emancipação humana.

A falta de aprofundamento teórico sobre emancipação nas pesquisas aqui selecionadas - 43% utilizam apenas um autor e 15% têm registros da palavra, mas não a conceituam - demonstram também como o conceito pode ser visto como algo abstrato, complexo e até mesmo inatingível nas instituições de ensino, fortalecendo as estruturas de mediação do capital.

Dialogando com a Educação do Campo

Na análise do aporte teórico mais utilizado por pesquisadores que investigam o tema emancipação e educação, foi possível observar que há diferentes concepções para um único conceito. Quando dialogamos com o tema da Educação do Campo, surgem ainda outros questionamentos: o que entendemos quando se fala nesse tema, de que forma ele é objeto de estudo, de que práticas e de que políticas?

A Educação do Campo é um terreno de disputas; há cercas que demarcam e separam diferentes concepções e a própria ausência de compreensão de alguns conceitos que mantém o estado das coisas. Diante de tantos obstáculos, não fica difícil entender a deficiência de teses e dissertações que discutem o resultado ou o processo de projetos pedagógicos ou programas governamentais que tenham como objetivo a emancipação e o protagonismo da comunidade escolar atendida pela Educação do Campo. “Entre os obstáculos estão a falta de efetivação da lei, a nucleação e fechamento das escolas do campo e a falta de preparo das escolas atuais para receber o aluno do campo e seu arcabouço cultural-” (Santos & Pacheco, 2022). Todos esses fatores dificultam a criação de vínculo entre um projeto de Educação do Campo e os sujeitos que vivem nele em sua diversidade, ficando a emancipação muitas vezes em segundo plano ou apenas no papel como um dos objetivos.

Ainda assim, é difícil pensar a emancipação nesse cenário se, deste a formação inicial, o aluno estiver subordinado às exigências da agricultura capitalista ou orientado a integrar-se à agroindústria patronal. “De acordo com essa lógica, a agricultura familiar de subsistência destinada ao mercado local foi completamente abandonada pelas políticas públicas” (Pacheco, 2015, p. 432).

Para um diálogo possível entre a emancipação e Educação do Campo, é preciso estabelecer a concepção pela qual ela é vista, entender sua origem na de luta dos movimentos sociais pelo direito dos trabalhadores rurais e camponeses. Isso significa pautar, na agenda da educação, um projeto de agricultura para o campo e não de agronegócio, cuja proposta é esvaziada de intenções emancipatórias.

Considerações finais

O estudo revelou uma parcela significativa de pesquisas em educação que utilizam o termo emancipação sem sua efetiva conceituação. A partir do diálogo com a Educação do Campo, percebe-se a escassez de projetos emancipatórios na disputa por políticas públicas, o que corrobora com a importância da temática pesquisada.

O fato de pesquisas sobre emancipação por meio da Educação do Campo serem escassas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil reflete o fato de tais projetos emancipatórios voltados à Educação do Campo estarem sendo pouco debatidos na disputa por políticas públicas. São projetos que exigem concepções bem definidas de emancipação -

Educação *de* Campo e *do* Campo - construídas por estudiosos de cada área em conjunto com os trabalhadores do campo, seus movimentos e toda a comunidade envolvida. Trata-se de uma tarefa complexa, uma vez que envolve defender um projeto amplo, que Estado está pactuado em enfraquecer.

Subscrevemos Charlot (2006), ao afirmar que existem diferentes formas de rigor científico na pesquisa acadêmica para que se abarque a riqueza da diversidade dos campos. Contudo, é preciso seguir regras determinadas pela comunidade científica. Ao identificar nesta pesquisa teses e dissertações que trabalharam a categoria emancipação na área de conhecimento da educação sem definir a sua concepção, percebemos uma deficiência do que se considera um dos usos da ciência, o mais esquecido deles para Bourdieu (2004), que é colocá-la a serviço da própria ciência, e neste caso, para o progresso da educação.

Para todos aqueles que afirmam trabalhar em nome da Educação do Campo, alertamos que é necessário posicionar-se teoricamente, mas sobretudo de forma prática e política. Nesse sentido, apontamos a importância de pesquisas já realizadas, disponíveis no portal de teses e dissertações da Capes que discutem possibilidades e limitações de propostas já realizadas nessa área. Faz-se necessário, ainda, analisar as concepções epistemológicas e metodológicas definidas nesses trabalhos e suas contribuições para um projeto de educação emancipatório. Propostas que, ainda em passos tímidos, causam pequenos impactos e mudanças reais na Educação do Campo.

Referências

Alf, J. R. (2013) *Jovens em formação profissional/técnica no CRC de Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/708>

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. (Tradução Denice Barbara Catani). São Paulo, SP: Editora UNESP.

Brandau, R., Monteiro, R. & Braile, D. M. (2005). Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. *Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery*, 20(1), 7-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-76382005000100004>

Carvalho, D. T. B. (2021). *Processos educativos do trabalho na Coopervag: um estudo de caso sobre produção e fornecimento de alimentos ao PNAE em Vargem Grande – MA* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3221>

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16199	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

Charlot, B. (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 7-18. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000100002>

Deslandes, S. F., & Delgado, F. I. (Orgs.). (2020). *Relatório: programas stricto sensu Fiocruz* (Cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Mestrado Profissional). Rio de Janeiro: Fiocruz/VPEIC.

Devés-Valdés, E. (2007). *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados–Universidad Santiago de Chile.

Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*. XXIII (79), 257-272. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>

Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios*. 5ª ed. São Paulo, SP: Cortez.

Furlan, A. B. S. (2016). *Concepção de um currículo crítico: a ética como referência praxiológica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Recuperado de: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6939?show=full>

Pacheco, L. M. D. (2015). Educação do campo: valorização da cultura e promoção da cidadania?. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, 17(2). Recuperado de: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2398>

Peres, E. S. (2016). *Currículo e emancipação: uma articulação possível?* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167866>

Santos, L. S. (2019). *Trabalho, Educação e Emancipação Humana: Uma Análise da Possibilidade de uma Formação Omnilateral* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Ceará.

Santos, L. M., & Pacheco, L. M. D. (2022). Educação do Campo e Direito Educativo: uma Questão Pública. *Educación y Futuro*, 1(46), 107-128. Recuperado de: <https://cesdonbosco.com/publicaciones/>

Silva, I. A. (2016). *Licenciatura em Educação do Campo: contradições, limites e possibilidades para a emancipação na formação de educadores* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9875?locale=pt_BR

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 06/04/2023
Aprovado em: 12/05/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on April 06th, 2023
Accepted on May 12th, 2023
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo:

Lia Machado dos Santos: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, metodologia, escrita, primeira redação, revisão e edição. **Luci Mary Duso Pacheco:** Conceituação, metodologia, supervisão e revisão.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Santos, L. M., & Pacheco, L. M. D. (2024). Emancipação: Um conceito dado? Diálogos com a Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e16199.

ABNT

SANTOS, L. M.; PACHECO, L. M. D. Emancipação: Um conceito dado? Diálogos com a Educação do Campo. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e16199, 2024.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16199	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------